



Olhar de Professor

ISSN: 1518-5648

olhardeprofessor@uepg.br

Departamento de Métodos e Técnicas de
Ensino
Brasil

Ferreira, Maria Beatriz

A Linguagem e os Processos de Enunciação, Dialogismo e Polifonia

Olhar de Professor, vol. 7, núm. 1, 2004, pp. 67-75

Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68470105>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Linguagem e os Processos de Enunciação, Dialogismo e Polifonia

The Language And The Process Of Enunciating, Dialogism And Polyphony

Maria Beatriz FERREIRA*

RESUMO

Por meio deste texto, que resulta de pesquisa bibliográfica, objetiva-se compartilhar reflexões sobre a linguagem, à luz de pressupostos teóricos do filólogo russo Mikail Bakhtin. Nele são indicados e explicitados os conceitos de linguagem, enunciação, dialogismo e polifonia, os quais precisam ser conhecidos e articulados à prática dos professores de Língua Portuguesa, uma vez que constituem categorias básicas da epistemologia bakhtiniana, presente na concepção sociointeracionista de linguagem e na teoria da enunciação. Por conseguinte, a língua é assumida nos processos enunciativos como forma de interação, em sua dimensão dialógica, interlocutiva. Pode-se constatar, também, que o dialogismo - conceito que permeia toda a obra do autor - pode acontecer entre sujeitos ou entre textos. Neste caso, manifesta-se por meio da pluralidade de vozes, a chamada polifonia, fenômeno observado nos diversos discursos ou textos que, social e historicamente, constituem a comunicação cotidiana.

Palavras-chave: linguagem – enunciação – dialogismo – polifonia/intertextualidade.

ABSTRACT

The aim through this text is to share reflections about the language, guided by the theoretical basis from Russian philologist Mikail Bakhtin. In his work it is indicated and expressed the language, enunciating, dialogism and polyphony concepts, those must be known and articulated to the Portuguese Language teachers' practicing, because they establish basic categories from bakhtinian epistemology, within social-interactionist

* Mestre em Educação, aposentada da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Docente do Curso Normal Superior, realizado pela Universidade Eletrônica do Brasil e UEPG; consultora do Departamento de Ensino Fundamental da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, na área da Língua Portuguesa. E-mail: beatrizferreira@uol.com.br

conception of language and enunciating theory. Consecutively, the language is taken in the enunciating process as a way of interaction, in its dialogical and interlocutory dimension. It is also possible to notice that the dialogism – concept that guides all the author's work – can be present between subject (people) and texts. To this perspective, it drives through the voices plurality, the polyphony, and an observed phenomenon into the several discourses or texts that social and historically, constitutes the daily communication.

Key words: language – enunciating – dialogism – polyphony/ intertextuality.

Ao estabelecer comentários sobre o signo verbal, o filósofo marxista Adam Schaff (apud PÊCHEUX, 1995, p. 19) assevera que cada uma das Ciências Humanas tem o que dizer sobre a linguagem, formando um verdadeiro entroncamento interdisciplinar. Tal afirmativa confirma a pressuposição de que é praticamente impossível um enfoque unilateral da linguagem, uma vez que ela está intrinsecamente ligada a diversas áreas do conhecimento, das quais destacam-se a Linguística, a Filosofia, a Sociologia e a Psicologia.

Polêmicas antigüíssimas revelam a curiosidade do homem em relação à linguagem, a qual constitui verdadeiro labirinto para aqueles que buscam conhecê-la em toda sua amplitude de funções e significados. Muitas hipóteses têm sido levantadas sobre ela e há quem chegue a atribuir-lhe origem divina.

A ciência moderna, no entanto, acredita que a linguagem é fruto da criação humana, podendo ser considerada como trabalho e produto do trabalho. Sendo uma atividade huma-

na, tem uma dimensão histórica e social que não se desvincula, em nenhum momento, de sua construção e de seus usos.

Só que nem sempre essa dimensão da linguagem foi aceita e reconhecida. Há muitas maneiras de se pensar a linguagem e, direta ou indiretamente, todas elas vêm orientando as reflexões e o trabalho do professor. Dada a importância de que a questão se reveste no processo de ensino-aprendizagem da língua, serão explicitadas neste texto as principais concepções de linguagem, assim como outros conceitos que estão diretamente relacionados à concepção que fundamenta o trabalho com a linguagem nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.

1. CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

“Apesar dos riscos de uma generalização apressada”, Geraldi (1985, p. 43) aponta três concepções fundamentais de linguagem.

a) Segundo a concepção que ilu-

mina os estudos tradicionais, a linguagem é ‘expressão do pensamento’¹. Nesta concepção conservadora a língua é vista como um sistema de caráter abstrato, homogêneo, estável e imutável, extremamente fechado, que se presta especialmente à análise. Conseqüentemente, há separação entre o sistema da língua e a história da sua constituição.

Tal forma de conceber a linguagem vem influenciando, há muito tempo, uma prática pedagógica por vezes contraditória: como o ensino da língua é geralmente centrado em modelos (os clássicos, de preferência), o aluno quase sempre reproduz o pensamento e as idéias de outros, ao expressar-se. Em decorrência disso, suas redações geralmente são impessoais e sem originalidade. O texto, considerado como objeto neutro, ahistórico, é mostrado como um paradigma a ser seguido no que se refere ao “bem falar” e ao “bem escrever”. A leitura consiste, comumente, na mera decodificação dos sinais gráficos e na aceitação e assimilação daquilo que o professor afirma que “o autor quis dizer”. Na escrita dá-se ênfase à grafia e à gramática, que é considerada o verdadeiro conteúdo do ensino da língua.

Por conseguinte, o domínio metalingüístico é visto como funda-

mental para o aprendizado da língua. Para muitos professores, o saber sobre a língua interessa mais do que o uso da linguagem em situações concretas de interlocução. Dessa forma, o uso lingüístico é quase sempre avaliado em termos do “certo” e do “errado”, desconsiderando-se a capacidade que o aluno tem de empregar a língua das mais diversas formas e com os mais diferentes propósitos e resultados.

b) Contrapondo-se à citada concepção surge uma outra visão da linguagem, relacionada à teoria da comunicação: a língua passa a ser vista como ‘instrumento de comunicação’, como código que possibilita a transmissão de mensagens de um emissor a um receptor. As próprias palavras *emissor* e *receptor* parecem indicar uma certa passividade no ato comunicativo – é como se alguém emitisse uma mensagem para outro alguém que se limitasse a recebê-la. A impressão que se tem é a de que, embora a linguagem seja considerada como instrumento da comunicação, esta não chega a ocorrer como uma ação comum entre os dois integrantes do processo. O receptor, principalmente, não se marca como sujeito que de fato compartilha do processo, como aquele que assume a leitura como um diálogo no qual também lhe cabe a cons-

¹ Os verbos estão no tempo presente porque se considera que as duas concepções de linguagem - a tradicional e a estruturalista - continuam embasando a prática lingüística em muitas escolas.

trução de significados e sentidos condizentes com o contexto lingüístico/situacional que permeia tanto a produção como a leitura do texto em questão.

Apesar disso, não se pode negar que há uma certa valorização da criatividade e da função expressiva da linguagem, nesta concepção. Só que, em nome dessa criatividade, muitas vezes a escola tudo aceita e admite em termos da chamada redação escolar e da leitura. Na escrita, dá-se ênfase ao escrever “bonito”: o texto “criativo” torna-se muitas vezes um amontoado de estereótipos e clichês que jamais seriam usados em uma situação real de uso lingüístico. Na leitura, todos os eventuais (ou virtuais) “sentidos” que o leitor atribui ao texto são válidos, na medida em que não se deve limitar a criatividade do aluno. Nem se percebe que ele, muitas vezes, sequer chega a ler o texto, ou que faz somente uma leitura parcial do mesmo, o que denota a impossibilidade de consolidação da leitura como verdadeiro diálogo entre autor e leitor.

Pelo fato de o código ser reconhecido como um conjunto de sinais cuja organização depende de uma certa estrutura, a língua é considerada em seu aspecto estrutural. De uma forma repetitiva e mecânica, passa a ser trabalhada através dos chamados exercícios “estruturais”, especialmente os que levam o aluno a seguir modelos, sem que ele precise usar o raciocínio e, por consequência, sem que

chegue a entender os fatos lingüísticos. Dessa forma, a aprendizagem se processa pela internalização inconsciente de hábitos.

c) Uma terceira concepção vê a linguagem como ‘forma de interação’. Assume a linguagem em sua dimensão histórica, social, humana e dialética, segundo a qual o homem e a linguagem são inseparáveis. Em decorrência disso, reconhece o caráter ideológico da linguagem, a qual é profundamente arraigada não só no sujeito, mas na ação coletiva.

A linguagem é retomada não apenas como expressão do pensamento ou como instrumento de comunicação, mas principalmente como forma de ação entre os homens. Passa, portanto, a ser considerada pragmaticamente, em sua relação com os usuários, levando-se também em conta as condições de produção do enunciado ou do discurso, no processo interlocutivo.

Esta concepção, fundamentada nos pressupostos bakhtinianos da enunciação, tem tudo a ver com uma escola que se pretende democrática, onde os alunos, constituindo-se em sujeitos do seu discurso, são introduzidos no exercício da cidadania. É nas diversas situações de interação que vive no seu cotidiano que o aluno precisa realmente marcar-se como sujeito, firmar-se como tal, seja produzindo enunciados com uma dada intenção, seja interpretando-os de forma adequada à situação.

A produção e interpretação de

enunciados põem em destaque o locutor em sua relação com o interlocutor, relação esta em que, segundo Koch (1995, p. 13), duas coisas devem ser levadas em consideração: “os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes e a enunciação - o evento único e jamais repetido de produção do enunciado”.

2. A ENUNCIÇÃO ENQUANTO UM FATO SOCIAL

A enunciação diz respeito, portanto, ao contexto interlocutivo, o qual leva em conta os objetivos dos interlocutores, as relações existentes entre eles, o assunto, o local e o tempo em que se processa a interlocução. Todos esses fatores contribuem para o sentido do enunciado. Logo, é a enunciação que vai indicar por que um determinado enunciado é proferido desta ou daquela maneira, revelando a forma pela qual o sujeito se marca naquilo que diz.

Para Bakhtin (1992), precursor dessa teoria, a enunciação constitui um fenômeno eminentemente social e, para compreendê-la, é necessário entender que ela acontece sempre na interação. Para o autor, a verdadeira substância da língua é constituída “pelo fenômeno social da interação verbal, realizada por meio da enunciação ou das enunciações” (p.

122).

Há muito tempo (ao final da segunda década do século XX) já o filólogo russo defendia uma abordagem da enunciação que considerasse o que, no seu entender, era o discurso: a linguagem em sua totalidade concreta e viva. Em sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*², ele compara a palavra com uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. Diz que a situação de enunciação é que determina as dimensões e as formas dessa ilha. Afirma, também, que a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios e que os conflitos da língua refletem os conflitos de classe. Inseparável, pois, de outras formas de comunicação, a comunicação verbal implica conflitos, relações de dominação e resistência, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder.

Além de realizar-se na fala, a enunciação acontece também em textos escritos e no discurso interior, sendo constituída pela articulação indissociável de três componentes: o enunciator - que corresponde ao locutor; o enunciatário - que corresponde ao interlocutor (e que, no caso do discurso interior, é o próprio enunciator); e o enunciado. Para Bakhtin (1992), a enunciação completa – seja ela constituída de uma pala-

² A referida obra, cuja tradução em Língua Portuguesa (edição publicada em 1992) constitui um dos fundamentos teóricos deste texto, foi escrita em 1929.

vra, uma frase ou uma seqüência de frases – é a unidade de base da língua, é o próprio discurso, já que é no enunciado que o discurso se constrói.

Pelo fato de o texto constituir-se de enunciados, é imprescindível que seja reconhecido e entendido em sua dimensão discursiva, como espaço de constituição do sujeito e de relações sociais. É impossível, portanto, analisar um texto de forma fechada, apenas com base nas marcas lingüísticas que compõem a sua superfície. Ele precisa ser analisado a partir de um processo discursivo que envolva o contexto, isto é, que leve em conta a enunciação, a situação de produção dos enunciados e as relações existentes entre enunciator e enunciatário.

Pelo exposto, é possível afirmar que a enunciação e, conseqüentemente, a prática textual fazem parte de um processo comunicativo contínuo. É o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. Isso porque as condições de produção – tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução – são constitutivas do sentido do enunciado.

O enunciado “O dia está quente”, por exemplo, pode ter sentidos bem diferentes, conforme as diferentes situações de enunciação: pode constituir-se em uma simples asserção (“O dia está quente”), assim como pode expressar surpresa (“O dia está quente!”), uma pergunta (“O dia está quente?”), um convite implícito para ir à praia ou à piscina, ou, até mesmo, uma sugestão (também implícita) para o enunciatário/interlocutor oferecer uma bebida gelada ao enunciator/locutor. Em síntese: a par daquilo que efetivamente é dito, há o modo como o que se diz é dito. Isso quer dizer que a enunciação deixa, no enunciado, marcas que indicam a que título ou com que propósito ele é proferido³.

A prática lingüística evidencia que, no diálogo, locutor e interlocutor objetivam sempre persuadir um ao outro. Ou seja: ao ser posta em funcionamento como forma de ação entre os homens, a linguagem é sempre dotada de intencionalidade e, conseqüentemente, de um caráter argumentativo. Considerar no processo enunciativo essa intencionalidade e esse caráter da linguagem significa assumi-la em sua função enunciativa e em sua dimensão dialógica,

³ Conforme Koch (1995), na lingüística do discurso a palavra frase é usada para a unidade formal do sistema da língua, estruturada de acordo com os princípios da gramática; já a palavra enunciado é empregada em situações de real interlocução, para a manifestação concreta de uma frase. Exemplo: “Hoje irei ao cinema” é uma frase. Cada vez que ela é pronunciada – por indivíduos diferentes ou pelo mesmo indivíduo, em momentos diferentes – tem-se um enunciado dessa frase.

discursiva.

3. O DIALOGISMO BAKHTINIANO

Para Bakhtin (1992, p. 113), a palavra procede de alguém e se dirige para alguém; ela se orienta em função do interlocutor: “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra se apóia sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor”.

É a partir da concepção de linguagem enquanto interação e, conseqüentemente, da visão do autor quanto à palavra que nasce o dialogismo, conceito que permeia toda a sua obra. Para Bakhtin, o diálogo é o princípio constitutivo da linguagem, o que quer dizer que, em qualquer campo, a linguagem está impregnada de relações dialógicas.

Duas noções de dialogismo estão presentes nos escritos de Bakhtin: o diálogo entre interlocutores e o diálogo entre discursos. A interação ou diálogo entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem: é na relação entre sujeitos que se constroem a significação das palavras, o sentido do texto e os próprios sujeitos. Como o diálogo se constrói socialmente, pressupondo pelo menos dois interlocutores cujos discursos são impregnados de influências do contexto em que vivem e se relacionam, o diálogo entre esses discursos acaba sendo inevitável.

Foi em 1929, em sua obra “Problemas da Poética de Dostoievski”, que Bakhtin usou a palavra *polifonia* – *uma metáfora musical* – para se referir à pluralidade de vozes que podem manifestar-se em uma mesma obra. Entende ele que, na obra do escritor russo Dostoievski circulam várias vozes, de tal modo que ‘temos a impressão de tratar-se não de um autor e artista, que escrevia romances e novelas, mas de toda uma série de discursos filosóficos de vários autores e pensadores’ (apud MESERANI, 1995). Todavia, Bakhtin (1992) não vê o enunciado verbal como simples reflexo ou reprodução de algo que já existe. Entende ele que o enunciado sempre cria algo que antes não existia, algo novo e irreproduzível. Embora admita que tudo – sobretudo em termos da linguagem – se cria a partir de uma coisa que é dada, que já existe, o autor considera que “o dado se transfigura no criado” (p. 349).

Do conceito de polifonia, que trouxe para a reflexão literária, Bakhtin passou para o de dialogismo, concebendo o diálogo como o meio de acesso ao *eu* e ao *outro*. À concepção dialógica subjaz a idéia de relatividade da autoria individual; conseqüentemente, destaca-se nela o caráter social, coletivo da produção de discursos ou textos. As palavras de um falante estão sempre e inevitavelmente atravessadas pelas palavras do outro. Do conjunto dos discursos que atravessam o indivíduo ao longo de sua vida é que se forma a própria cons-

ciência. Entende Bakhtin que, se a língua é ideologicamente determinada, a consciência e, portanto, o pensamento - que são condicionados pela linguagem - modelam-se pela ideologia. Para ele, a palavra veicula a ideologia.

Apesar de formulados em torno de uma obra literária, os conceitos de polifonia e de dialogismo (com as devidas implicações ideológicas) passaram a ser usados também, segundo Meserani (1995), para a compreensão de discursos verbais não-literários e até mesmo para obras nas quais são utilizadas outras linguagens, como a musical e a cinematográfica.

Essa forma de diálogo entre textos, a intertextualidade - considerada uma propriedade constitutiva do texto, visto que o seu significado resulta da intersecção com outros textos - pressupõe uma mistura de visões da realidade, diferentes relações textuais e culturais. Como comentam Kleiman e Moraes (1999, p. 62), “os textos incorporam modelos, vestígios, até estilos (no caso das paródias) de outros textos e de outros gêneros”. Afirmam as autoras que todo texto remete a outros textos produzidos no passado e aponta para outros a serem produzidos no futuro. Duas finalidades básicas são hoje apontadas no que se refere ao dialogismo ou intertextualidade: reafirmar alguns dos sentidos direta ou indiretamente contidos no texto-base; e inverter ou refutar alguns dos sentidos do texto-base, polemizando com ele.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, pode-se constatar a relevância de os professores de Língua Portuguesa refletirem e buscarem, cada vez mais, aprofundar os conhecimentos relativos à linguagem e às categorias abordadas por Bakhtin. É oportunizando ao aluno a produção de enunciados em situações reais de enunciação, permitindo a participação dele em processos verdadeiramente dialógicos de leitura e produção, propiciando-lhe as condições necessárias tanto para descobrir a pluralidade de vozes nos discursos ou textos do cotidiano como para desvelar as ideologias que a elas subjazem, que o professor pode contribuir para a formação crítica desse aluno, condição básica para o exercício da cidadania.

Ao se referirem ao conceito bakhtiniano de polifonia (hoje entendida também como intertextualidade), Fiorin e Savioli (1991) ressaltam que todo texto é produto de uma criação coletiva, uma vez que a voz do seu produtor se manifesta ao lado de um coro de outras vozes que já trataram do mesmo tema e com as quais se põe em acordo ou desacordo. Portanto, ler criticamente um texto pressupõe ter uma história de leitura que possibilite não apenas a descoberta dessas “outras vozes” como também o confronto entre elas, a fim de que se possa formar o próprio ponto de vista a respeito do tema enfocado.

Nesse sentido, se os discursos da vida cotidiana refletem ideologicamente as idéias e valores da sociedade em que são produzidos, compete tanto ao enunciador como ao enunciatário a ruptura com certas influências culturais que, através da linguagem e das relações dialógicas, vão sendo inculcadas (por vezes, muito sutilmente) nas pessoas. É verdade que a palavra veicula ideologias; mas, por outro lado, é também por meio dela que se pode mudar a realidade que aí está.

Por conseguinte, em primeiro lugar cabe à escola oportunizar aos alunos a leitura de muitos e variados textos, uma vez que, quanto mais se lê, mais se descobrem vestígios de outros textos naquele que se está lendo e mais fácil se torna perceber as suas relações com outros objetos culturais (KLEIMAN e MORAES, 1999). Depois, torna-se mais viável mostrar aos alunos o poder da palavra, levando-os a perceber que é nas relações dialógicas, nos situações de enunciação e interlocução de que participam todos os dias, que eles podem pôr em prática a sua cidadania, fazendo uma opção entre reproduzir ou mudar o social.

Não há dúvida de que o entendimento das idéias de Bakhtin pressupõe pensar dialeticamente a realidade social, perceber que cada palavra constitui a revelação das experiências e valores de uma determinada cultura, vivenciar o dialogismo – seja entre sujeitos ou entre textos – como

princípio constitutivo da linguagem e do próprio sujeito autor/leitor, e reconhecer que é do conjunto de discursos que atravessam o indivíduo ao longo de sua vida que se forma a consciência. Em se tratando da prática docente, pressupõe, sobretudo, um processo de formação (inicial e continuada) que possibilite – entre teoria e prática – uma articulação assentada na relação dialógica entre os sujeitos do processo: professor e alunos.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. Tradução de Michel e Yara Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto: leitura e redação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.
- GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- KLEIMAN, A. B.; MORAES, S. E. **Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
- KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.
- MESERANI, S. **O intertexto escolar: sobre leitura, aula e redação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Tradução de Eni P. Orlandi e outros. Campinas: UNICAMP, 1995.